

20	78
Livro	Folhas



## ----- ATA N.º 7/2021 -----

**PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
FERREIRA DO ZÊZERE AOS TRINTA  
DIAS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E  
VINTE E UM.** -----

Aos trinta dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, na plataforma Jitsi Meet, face à convocatória para o efeito oportunamente remetida nos termos regimentais, tendo em conta o Edital n.º 021/2021-Adenda, reuniu este Órgão de forma online, sob a presidência de José Manuel Pinto da Silva Casanova, tendo como 1.º e 2.º Secretários, respetivamente, Carlos Ferreira Salgado e Maria Fernanda Gaspar de Moura, com a seguinte **ordem de trabalhos**: -----

**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

1. Intervenção e esclarecimento ao público nos termos do n.º 1 do artigo 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

**PERIODO DA ORDEM DO DIA** -----

1. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal atinente aos estudos de sinalização/toponímia abaixo mencionados, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação: -----

a) Colocação de sinal de trânsito, na Rua Luís de Camões, no lugar de Ferreira do Zêzere, sito na Freguesia de Ferreira do Zêzere, no âmbito da empreitada de "Requalificação do Espaço Público em Ferreira do Zêzere - 2ª. Fase - Requalificação do Espaço Público na Rua Luís de Camões". -----

2. Apreciação e votação de nomeação de fiscal único para a RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, EIM, S.A., ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea p) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----
3. Apreciação e votação do Contrato Interadministrativo de delegação de competências do serviço público de transporte de passageiros, ao abrigo do n.º 3 do art.º 115.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----
4. Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2022, conforme alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
5. Apreciação e votação da Organização dos Serviços da Administração Autárquica, nomeadamente, modelo de estrutura orgânica, número máximo de unidades orgânicas flexíveis, número máximo de equipas multidisciplinares e despesas de representação, nos termos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro e da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua atual redação, e conforme art.º 24º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua atual redação. -----
6. Apreciação e votação da Reorganização dos Serviços Administrativos Autárquicos - Proposta de Regulamento dos Serviços e Organização dos Serviços Municipais do Município de Ferreira do Zêzere. -----
7. Apreciação e votação do Mapa de Pessoal e respetiva caracterização dos postos de trabalho e competências para o ano de 2022, conforme alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----
8. Apreciação e votação da proposta de redução das Taxas para construção de novas moradias unifamiliares e reconstrução/reabilitação de moradias unifamiliares relativo à Tabela de Taxas Municipais de 2022, nos termos do n.º 2, do art.º 16 da

20	79
Livro	Folhas

Lei n.º 73/2013, de 03/09, na sua atual redação e da alínea b), n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação. -----

9. Informação sobre a Deliberação n.º 081AM/2021 referente aos representantes para a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, e sobre a Deliberação n.º 084AM/2021 referente aos representantes para o Conselho Municipal de Segurança. -----

10. Análise, discussão e votação do Regimento da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 26.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

**Presenças:** Foram verificadas as presenças dos membros da Assembleia Municipal. Verificou-se a presença de vinte e um dos membros, tendo-se registado a ausência dos Deputados Municipais Marisa Alexandra Cotrim Silva que foi substituída pelo cidadão Jorge Manuel Godinho Ribeiro. Verificou-se também a ausência do eleito local, Senhor Mário dos Santos Roberto, Presidente da Junta de Freguesia de Igreja Nova do Sobral. -----

A **Câmara Municipal** fez-se representar pelo Presidente Bruno José da Graça Gomes, e pelos Vereadores Orlando da Silva Patrício, Ana Elisabete Farinha Ferreira e Dias Pereira, Hugo Miguel de Freitas Azevedo. -----

**Abertura da Sessão:** Eram vinte e uma horas e cinco minutos quando, verificada a existência de “quórum”, o Presidente da Mesa, nos termos regimentais, declarou aberta a sessão da Assembleia Municipal, cumprimentando todos os membros presentes da câmara municipal, assembleia municipal e comunicação social. -----

#### **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

1. **Intervenção e esclarecimento ao público nos termos do n.º 1 do artigo 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

Não havendo intervenção do público conforme Edital n.º 021/2021-Adenda, foi a sessão realizada na plataforma Jitsi Meet. -----

Tomando a palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, começou por solicitar autorização à Assembleia Municipal para fazer uma troca num dos pontos da ordem de trabalhos, neste caso trocar o ponto 9 pelo ponto 10, e vice-versa, o que como ninguém se manifestou foi aceite esta troca. Continuou procedendo à leitura de um voto de louvor à Atleta Maria Raquel da Silva Marques que segue na íntegra a seguir escrita: -----

“A Assembleia Municipal de Ferreira do Zêzere tendo tomado conhecimento do Voto de Louvor aprovado por unanimidade à Atleta Ferreirense Maria Raquel da Silva Marques, campeã nacional de ginástica acrobática, vem associar-se a essa decisão do Executivo da Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere, propondo um Voto de Louvor à Atleta, como reconhecimento pelo seu mérito, dedicação e resultados obtidos nesta modalidade”. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar o Voto de Louvor à Atleta Ferreirense Maria Raquel da Silva Marques, campeã nacional de ginástica acrobática. -----

Continuou procedendo à leitura de um voto de pesar ao Senhor João Paulo Cotrim, que segue na íntegra a seguir escrita: -----

*“A Assembleia Municipal de Ferreira do Zêzere tomou conhecimento do falecimento a vinte seis de dezembro de dois mil e vinte e um de João Paulo Cotrim, descendente direto de ferreirenses, e sentimentalmente ligado à sua terra de origem. João Paulo Cotrim, é uma figura incontornável das letras e das artes em Portugal nos últimos trinta anos. Na nota emitida pela Presidência da República, destaca-se “fazedor talentoso que cuida da sua obra, mas promove sobretudo a dos*

20	80
Livro	Folhas



*outros". Já a Ministra da Cultura afirma "uma figura emblemática da edição independente e da divulgação de banda desenhada em Portugal". A síntese da atriz Isabel Abreu, traduz a sua vida "Um cavaleiro das palavras". A sua atividade profissional, o seu reconhecimento além-fronteiras, e o elevado padrão de qualidade das suas obras editoriais são um legado perene com que marcou as gerações presentes e futuras". -----*

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar o Voto de Pesar ao Senhor João Paulo Cotrim. -----

Continuou dizendo que não querendo perder a oportunidade, e informando os senhores deputados para se irem habituando à sua intervenção em cada reunião, uma reflexão do tema da reunião, dirigindo-se aos mesmos que segue na íntegra a seguir escrita: -----

"Excelentíssimos Senhores(as) deputados municipais, excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal e respetiva vereação, minhas Senhoras e meus Senhores, neste dia que iremos falar de opções orçamentais e suas justificações começo por dirigir ao Senhor Presidente da Câmara Municipal um pensamento de Winston Churchill "Os problemas da vitória são mais agradáveis que os da derrota, mas não menos difíceis". Estamos aqui para discutir opções e deliberar acerca delas, vamos seguramente fazê-lo tendo em mente a melhoria das condições de vida dos nossos concidadãos. Durante as semanas em que contatei com a população, muitas vezes fui abordado acerca de situações concretas, que se passaram no nosso Concelho, confessando desde já, que desconhecia muitas delas. Vou reportar algumas: Como é que foi possível nas obras de reconstrução dos antigos Paços do Concelho, que parte do edifício tenha sofrido uma derrocada. A Câmara Municipal foi indemnizada, em relação a essa derrocada? Como foi possível que a pedra

secular datada do reinado do D. Pedro I, que esteve, pelo menos mais de cem anos na fachada lateral do edifício tenha sofrido danos irreparáveis, que hoje ostenta aquando dessas mesmas obras. Como foi possível descaraterizar a nossa praça alterando o seu fontanário e construindo um repuxo que pouco funciona, transformando-o num charco de verdete e desagradável cartão de visita. Acresce ainda os gastos realizados com a colocação ao longo dos principais passeios da Vila de peças de fundição em forma de bolas de sinalização. O que constitui um perigo constante para os cidadãos e particularmente para os indivíduos com dificuldades de mobilidade, idosos, serviços de urgência e para os para-choques das viaturas. Qual é que foi o benefício? Estético? Ou será por ser a Capital do Ovo e estabelecermos desta forma uma infeliz analogia? Depois de terem contado fui ver no local. A Câmara Municipal comprou há oito anos a antiga Casa de Ensaio, antiga Casa do Monteiro Mor e até aí tudo bem. E justificava-se essa aquisição. Trata-se de um edifício histórico onde foi ensaiada e tocada pela primeira vez “A Portuguesa” na presença do seu autor Alfredo Keil. Desde essa compra deixou-se ruir o telhado e todo o seu interior, e pior do que isso, todo o entulho ficou lá, sem ter sido removido, a apodrecer e a produzir humidade constante para os seus alicerces pondo em risco as suas paredes. Acresce ainda que foi feito um projeto de recuperação no qual se gastou outra verba, projeto esse avulso, porque não obedece a nenhum plano prévio de utilização futura do espaço e que não tem qualquer utilidade prática. Estes exemplos devem ser tidos em conta por todos nós são situações para as quais, o bom senso do executivo e a capacidade fiscalizadora da Assembleia têm de caminhar em conjunto, e com determinação, na obtenção rápida de resultados, que honrem o Concelho. Foi pelo reconhecimento do respeito orçamental e da forma de o executar, que Margaret Thatcher afirmou: “não existe

20	81
Livro	Folhas

dinheiro público, não há dinheiro público, existe apenas o dinheiro dos contribuintes”, e é a nossa obrigação zelar para que esse dinheiro seja gasto com parcimónia e com fins definidos e com objetivos que sirvam o nosso Concelho.” ----  
Terminou dizendo que em todas as sessões irá fazer uma pequena reflexão que partilhará com os deputados municipais. -----

#### **PERIODO DA ORDEM DO DIA -----**

**1. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal atinente aos estudos de sinalização/toponímia abaixo mencionados, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação: -----**

**a) Colocação de sinal de trânsito, na Rua Luís de Camões, no lugar de Ferreira do Zêzere, sito na Freguesia de Ferreira do Zêzere, no âmbito da empreitada de "Requalificação do Espaço Público em Ferreira do Zêzere - 2ª. Fase - Requalificação do Espaço Público na Rua Luís de Camões". -----**

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com vinte votos a favor, zero votos contra e uma abstenção, aprovar o estudo da sinalização / toponímia para a colocação de sinal de trânsito, na Rua Luís de Camões, no lugar de Ferreira do Zêzere, sito na Freguesia de Ferreira do Zêzere, no âmbito da empreitada de "Requalificação do Espaço Público em Ferreira do Zêzere - 2ª. Fase - Requalificação do Espaço Público na Rua Luís de Camões". -----

Após a votação a mesa da Assembleia foi dada a palavra aos Membros da Assembleia Municipal que se quisessem inscrever. -----

O eleito local Jorge Ponce de Leão de Castro, tomando a palavra interveio levantando uma questão relativa à empresa Biocompost. Disse que pensa que já



houve uma vistoria ou uma visita, sendo que, no entanto, a situação mantém-se e de uma maneira extremamente desagradável. Referiu que como tem uma casa em alojamento local, muito próxima da Biocompost, e que apanha, normalmente o vento Norte, Noroeste, estes provocam com que o cheiro dessa atividade, atinja a sua propriedade, tendo já uma reclamação de pessoas aí alojadas, não estando na disposição da continuidade desta situação. Acha que se deve fazer alguma coisa, mas alguma coisa forçosamente, porque quando a empresa trabalha com os filtros a funcionar como deve ser, não há cheiro, da maior parte das vezes desligam os filtros, ou estão estragados e a situação é perfeitamente insuportável. É um assunto que queria deixar na Assembleia como protesto, terminando assim o uso da palavra. Tomando a palavra o Senhor Presidente da Assembleia, referiu que o protesto fica registado, dizendo que, propunha naquele momento fazer à luz do novo regimento, assim que fosse aprovado, que se fizesse uma Assembleia temática sobre esse assunto para se poder discutir o mesmo em profundidade. -----

A eleita local Sara Maria Cardoso Palhim Diogo Ferreira, tomando uso da palavra, apresentou duas questões relacionadas com a sua área profissional, nomeadamente com a área do ensino. A primeira teve a ver com a Carta Educativa, tendo conhecimento que a primeira proposta foi recusada pela DGESTE, pretendia saber como está a situação da apresentação da Carta Educativa e, atendendo aos prazos, queria saber como está o processo. Referindo-se à segunda questão que considera ainda mais importante, que é a Requalificação do Edifício da Escola Pedro Ferreira e atendendo a que está para muito breve a transferência de competências de Educação para o Município, e sabendo que há uma grande pressão, a nível superior, e para que esta situação não caia no esquecimento, ou que a partir do momento em que as competências transitam para a autarquia, perde-se o controle da oportunidade

20	82
Livro	Folhas

de financiamento, anunciada pela tutela. Na sua opinião deveria ser acautelado esta pressão a nível superior para que esta questão seja devidamente reposta e para que seja concedido aquilo que foi prometido. Se passar da transferência de competências, irão dizer que é da competência da autarquia e será com o dinheiro da autarquia o enfrentar do problema, terminando assim a sua intervenção. -----

O eleito local Filipe Dinis Mendes de Figueiredo, tomando uso da palavra, questionando o executivo se já foram contactados ou se já tem conhecimento da localização futura dos painéis solares flutuantes na Albufeira de Castelo do Bode. Foi lançado um procedimento a nível da APA, do centro de electroprodutores solares flutuantes em que existe um procedimento aberto, não se sabendo as suas localizações, preocupando-o possíveis alterações na economia que se gera em Ferreira do Zêzere através da Albufeira de Castelo do Bode, deixando a indicação de que é um assunto em que todos deverão estar atentos, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal tomando a palavra, esclareceu as dúvidas colocadas começando pela Biocompost, informou que teve uma visita com o Presidente da União de Freguesias de Areias e Pias e estiveram a assistir ao processo de compostagem, deram conta de todos os problemas e ouviram aquilo que a empresa disse. Referiu que na altura não havia cheiros incomodativos, sendo certo que eles continuam a existir, dizendo que já tinha informado na última Assembleia Municipal e em Reunião de Câmara que foi feito um investimento numa outra infraestrutura. Disse que a empresa vai fazer com que os compostos cheguem àquela infraestrutura mais secos, com menos humidade, fazendo com que o odor seja menor. A empresa informou também que o investimento feito só terá resultado em março, pedindo para aguardar algum tempo para se perceber se houve



essa correção. Mostraram-se disponíveis tendo também o Senhor Presidente da União das Freguesias de Areias e Pias mostrado essa disponibilidade, por parte da empresa sempre que houver maus cheiros, poder ir à mesma para perguntar qual a razão dos cheiros acontecerem. Referindo-se ao membro da Assembleia Municipal Eng.º Jorge de Castro, na sua intervenção disse que os filtros não são mudados, são desligados, não são lavados, esclareceu que aquando da visita às instalações não conseguiram provar essa situação, pois se o conseguissem tinham confrontado a empresa. Disseram na altura que iriam proceder à lavagem desses filtros mais vezes do que as indicações que a empresa aconselha. Concorde com o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que disse que acha que se deve fazer uma Assembleia Extraordinária e Temática não só para discutir este assunto, mas também outros, lembrando aos presentes que a Câmara Municipal tem nesta situação um poder diminuto de fazer parar este problema. Não querendo dizer com esta afirmação que pretende fugir às responsabilidades. Informou que tinha na posse um Auto de vistoria da DRAP, que diz que está tudo em ordem, falando só na impermeabilização no espaço de armazenamento de estilha em que a empresa já tinha procedido ao pedido e por força do atual PDM, não foi possível, dando conta que a empresa sabe ou dará conta que com a acessibilidade do próximo PDM vai ser resolvido. Informou também que a empresa está a fazer a queima com casca de noz e casca de amêndoa, não querendo estar a trocar algum termo técnico, sendo este o ponto de situação. Em relação a este assunto terminou dizendo que se houver maus cheiros, ele irá pessoalmente e tratará também de dar conta às entidades competentes, segundo o compromisso que fez perante os Municípes, e procurando junto fazer o ponto de situação, junto da população. -----

20	83
Livro	Folhas

Continuou e respondendo à eleita local Sara Ferreira acerca da Carta Educativa, confirmou que de facto foi chumbada e irá em breve ao Conselho Geral do Agrupamento corrigida, e que são competências da Dr.ª Elisabete que está juntamente com o agrupamento a corrigi-la, sendo que o executivo pretende que seja entregue até trinta e um de janeiro de dois mil e vinte e dois. Em relação à requalificação da Escola disse que não se lembra que a Senhora Ministra a tenha prometido, mas se prometeu ótimo, sendo mais um argumento a utilizar na negociação que se irá ter. O executivo já reuniu com o Diretor Geral da Educação e vão reunir com ele no princípio de janeiro para começar com a negociação. Apresentar os argumentos do Executivo foi ponto assente na primeira reunião que tiveram, em que a situação da requalificação é extremamente importante. Vai-se ver como ela será feita. Ter o processo de execução feito será a primeira situação a ser tratada. Sem o processo de execução será difícil perceber o projeto de investimento, nomeadamente a comparticipação dos fundos comunitários, da tutela, e também a comparticipação que o Município terá que fazer. Disse que será uma das grandes prioridades para dois mil e vinte e dois, desejando que a negociação corra o melhor possível, tratando-se de um dos maiores ativos que este Concelho possui. Mudando de assunto e falando dos painéis solares, afirmou acerca da informação que lhe chegou pelo Senhor Secretário de Estado, que a área máxima que o Castelo de Bode poderá ter, são sessenta hectares, não lhe tendo dito onde seriam colocados, nem à Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere, nem a qualquer Câmara Municipal da Comunidade Intermunicipal, informando que a CIM já procedeu à realização de um documento para se saber com mais exatidão do que se trata o investimento e onde é o local, não podendo neste momento dar mais explicações relativas ao

assunto, pois não sabe, nem a CIMT, sendo um assunto que foi abordado numa das últimas reuniões que tiveram, ficando a aguardar que chegue essa informação. -----

O eleito local Jorge Castro querendo apenas acrescentar uma informação tomou o uso da palavra para dizer que a Valouro que sendo uma das maiores empresas, senão a maior de Portugal em termos de pintos e ovos, tem uma instalação bastante maior do que a Biocompost, entre Alvalade do Sado e Ferreira do Alentejo, afirmando que não tem qualquer tipo de cheiro, única e simplesmente porque cumprem as regras e a explicação que lhe dão, dizendo que conhece um dos técnicos da empresa é que para a Biocompost estar no modo que está, não pode estar a cumprir a legislação, ou então tem os materiais degradados. Disse não sabendo se a Câmara Municipal tem poderes ou não para fiscalizar essa situação, referindo que se as coisas não estão a correr bem e enquanto não está o problema resolvido, sugeria que a empresa deveria estar fechada, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Presidente da Assembleia tomou uso da sua palavra e dando seguimento à intervenção do eleito Jorge Castro, disse que os serviços da Câmara Municipal, nomeadamente os que estão ligados ao Ambiente, e que tem a ver com as informações para licenciamentos ambientais, deveriam ser envolvidos através de relatórios dirigidos acerca deste situação, pois sendo esta uma questão ambiental e havendo uma divisão ligada ao ambiente estes relatórios deveriam ser apresentados à Assembleia para se poder ter uma ideia acerca do assunto. Referiu que os licenciamentos, dependem de uma opinião dos serviços ligados ao ambiente, achando que era um dos caminhos a seguir, solicitando ao deputado eleito, o Senhor Jorge Castro se conseguisse informar-se mais sobre essa empresa que referiu, no

20	84
Livro	Folhas

modo como as coisas são geridas, e se assim o entender transmitir à Assembleia Municipal essas informações. -----

Dando a palavra à eleita local Sara Ferreira, a mesma solicitou autorização à Assembleia Municipal para colocar no Chat, o link para visualizar o vídeo de youtube em que se vê a promessa da Senhora Ministra conforme mencionou anteriormente, ou em alternativa enviar para o email do Senhor Presidente, sendo que o Senhor Presidente da Assembleia deu indicação para colocar o link no Chat que depois iria dar conhecimento ao Senhor Presidente da Câmara. -----

**2. Apreciação e votação de nomeação de fiscal único para a RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, EIM, S.A., ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea p) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----**

Não houve intervenções. -----

Colocada à votação a Assembleia Municipal deliberou, por maioria e em minuta, com catorze votos a favor, zero votos contra e sete abstenções, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea p) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar a nomeação de fiscal único para a RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, EIM, S.A. -----

**3. Apreciação e votação do Contrato Interadministrativo de delegação de competências do serviço público de transporte de passageiros, ao abrigo do n.º 3 do art.º 115.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----**

Não houve intervenções. -----

Colocada à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e em minuta, ao abrigo do n.º 3 do art.º 115º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar

o Contrato Interadministrativo de delegação de competências do serviço público de transporte de passageiros. -----

**4. Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2022, conforme alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. --**

O Senhor Presidente no uso da palavra e propôs como metodologia relativa a este ponto, que os senhores deputados interviriam primeiro e posteriormente o Senhor Presidente da Câmara esclarecia conforme as questões, e tendo em conta que alguns deputados tinham já manifestado essa vontade de intervirem, pensando o Senhor Presidente da Assembleia que será o caminho que queiram levar, propôs então dar a palavra aos senhores deputados. -----

O eleito local João Miguel Sá da Silva, líder da bancada do PS, no uso da palavra e relativo à leitura do documento Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2022, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, as GOP têm o sustento da situação económica e financeira equilibrada da Câmara, não existindo dívida derivado a ter sido integralmente paga pelo antigo executivo. Disse que o documento se refere e cita o mesmo *“pelo princípio da continuidade integra nos principais investimentos do plano as obras já adjudicadas com compromissos assumidos que necessariamente transitam para dois mil e vinte e um, dois mil e vinte e dois”*. Da leitura do documento constataram a lacuna deste orçamento, possuir diminutos recursos financeiros dos programas comunitários, salientando que os principais investimentos inscritos no plano plurianual de investimento com dotação para dois mil e vinte e dois cerca de dois milhões e duzentos mil euros não terem neste caso qualquer comparticipação, logo sem receita prevista, resultando desta situação um constrangimento ao investimento muito significativo. Perante o exposto questionou o Senhor Presidente da Câmara em duas situações. A primeira se considera este

20	85
Livro	Folhas

executivo que o pagamento integral das dívidas contraídas pelo executivo anterior condiciona este orçamento e a sua capacidade de investimento. Na segunda questão, queriam saber a opinião do executivo, se houve realmente benefícios com o pagamento da dívida ou teria sido preferível fazer uma gestão dessa mesma dívida, terminando assim a sua intervenção. -----

O eleito local José Manuel Gomes Duarte, no uso da palavra começou por dizer que chegaram ali com uma expectativa muito grande em relação ao orçamento, dizendo que é o primeiro momento central de toda a vida municipal, e pedindo desculpa ao Senhor Presidente Bruno Gomes, o orçamento ficou aquém daquilo que era esperado. Não o diz por estar num grupo parlamentar diferente, mas tem a obrigação de dizer que ao analisar o orçamento à luz do que é mais querido, em relação ao discurso novo que introduziu nas eleições e que prometeu ao povo ferreirense, marcar realmente uma diferença. Pareceu-lhe um orçamento curtinho, aflito não sabendo se foi feito em cima da hora, tendo em conta que é o primeiro, tentando concluir as coisas atempadamente, havendo coisas que não percebeu muito bem. Disse que um dos princípios e que é anunciado pela própria Câmara e um dos princípios do orçamento é o princípio da prudência dando muito valor num orçamento público a esse princípio como vem enumerado nos próprios documentos. Referiu que um primeiro orçamento, com um aumento de despesa corrente na ordem dos quatrocentos mil euros, a prudência é pouca, e continuou mencionando os novos postos de trabalho, com mais duzentos e doze mil euros, dizendo que o executivo tem o direito de gerir a Câmara conforme entende. Questionou o Senhor Presidente em relação aos setenta mil euros para o futebol, concordando com esse valor, mas não vê no orçamento verba alguma destinada ao Futsal perguntando se deixou de apoiar o Futsal. Ou estão em verbas escondidas nas inúmeras quantidades



das linhas orçamentais que não se percebem muito bem. Em relação aos transportes escolares vê no orçamento duzentos e trinta e cinco mil euros, lembrando que acabaram de aprovar uma transferência de verbas para esse efeito por cento e setenta e quatro mil euros, questionando se houve algum erro nesta situação. Nas Grandes Opções do Plano, não querendo desiludir o Senhor Presidente mas ficou admirado que não haja verbas para projetos de Arrendamento Social, Cemitério Municipal, Casa Mortuária de Ferreira do Zêzere, o próprio Turismo que vem a ser falado pelo Senhor Presidente da Câmara desde a primeira hora, o que aparece no orçamento umas verbas como “canela em cima do arroz doce”, e até porque se sabe como é as Estações Fluviais, as Praias Fluviais, sendo aquilo de que se está à espera, tudo aquilo que tanto criticou a Câmara anterior nesse aspeto e apenas aparece orçamentado dois mil euros, o que possivelmente dará para a primeira areia da praia fluvial, bem como os investimentos que faltam, como a Casa do Ensaio, e também no seguimento da introdução do Senhor Presidente da Assembleia acerca deste assunto, o Lagar de São Guilherme, e sendo mais importante para o eleito local, que a Câmara não valorizou orçamentalmente o apoio à contratação de jovens Ferreirenses pelas empresas, questões que gostaria se serem esclarecidas, terminando assim a sua intervenção. -----

O eleito local Jorge Castro, no uso da palavra, começou por dizer que o orçamento deveria ser transparente e dando seguimento do que o eleito local José Manuel Duarte abordou, existem em receitas quinhentos e cinquenta e seis mil euros que estão todos distribuídos por várias contas, em que aparece única e simplesmente em “outros”, assim como nas despesas há um milhão e quatrocentos mil euros distribuídos por nove contas em que aparece “outros”, dizendo que será possível haver uma razão para esta situação, mas referiu que para valores daquela natureza, e

20	86
Livro	Folhas

quando estão a falar de mais de quinze por cento do valor do orçamento em rubricas que ninguém dos presentes saberá o que é, referindo que esta situação deveria ser apresentada de uma maneira mais transparente, terminando assim a sua intervenção.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, e respondendo às questões que foram colocadas começou por esclarecer o eleito local João Miguel Silva, começando por dizer que o pagamento dos empréstimos veio condicionar estas GOP, no sentido em que existe um conjunto de obras adjudicadas e foram dois milhões e quinhentos mil euros, dos quais desses não podiam “fugir”, e que ficasse claro que dois milhões e duzentos mil euros são obras não comparticipadas, e numa altura em que estão no quadro vinte trinta, pedindo desculpa, disse achando que não é boa política, e nesse sentido afirmou que estão a trabalhar para que essas obras possam ser comparticipadas, não sabendo se irão ser ou não mas que irão tentar, dizendo que não se conseguindo essa comparticipação, são quatrocentos, quinhentos mil euros que se deixa de ter para se investir. Disse para que fique claro, foi uma opção política, e na ótica do atual executivo não fazia sentido, ao referir que os juros eram baixíssimos, sendo aquilo que se poupou com os juros anualmente foi algo igual a dimensão da verba referida. Afirmou que tem muita pena, pois se tivessem agora mais dois milhões e quinhentos mil euros, continuaria a não fazer aquilo que o eleito local José Manuel Duarte referiu e é muito, dizendo que gostava de fazer muito no primeiro ano do atual mandato, tem um orçamento que tem de cumprir, não querendo de todo endividar o Município, e só faz aquilo que consegue. Quanto ao Senhor Presidente da Câmara o pagamento do empréstimo não foi de todo a melhor prática política, porque veio condicionar, atrofiar, castrar este orçamento. Efetivamente o Município não tem dívidas, mas também não pode fazer obras no imediato além daquelas que foram adjudicadas, e que não foram



adjudicados pelo atual executivo, não querendo dizer com isto criticar o passado, afirmando que está na Câmara para trabalhar e trabalhar o futuro. Pensava que tinha muita coisa em andamento, dando um exemplo em que foi apresentado há cerca de dois anos um projeto ou que foi falado, para a conceção de luminárias e para a colocação de fios subterrâneos, em Dornes, dizendo que se conseguirem arrancar com a obra em final de dois mil e vinte e dois será por ter sorte na questão dos tempos. Foi prometido ou foi dada a conhecer muita coisa, foi orçamentado muita coisa que o atual executivo não tem oportunidade de fazer, falando do Ginásio, da Casa Mortuária, afirmando que não tem nesta altura condições para arrancar com a obra pois não tem sequer o projeto aprovado, sendo muito fácil com mais dinheiro colocar imagens na rua e fazer crer às pessoas que as obras vão avançar, mas tem que se perceber que há “timings”. Foi apresentado um projeto para a Praia Fluvial da Bairrada, mas afirmou que só viu a imagem, não sabendo se aquela situação é possível. A APA não disse que era possível, dizendo aos presentes que percebiam esta situação afirmando que até ele viveu um pouco na ilusão. Custando um pouco pois vem do privado e com todo o respeito para quem trabalha no público, mas não está habituado a ter que passar tanto tempo para realizar coisas. Respondendo ao eleito José Manuel Duarte afirmou que ficou contente com a expectativa que disse ter deste executivo, sendo um bom sinal, não esquecer que são quatro anos de mandato, e se não mudar de ideias, queria ver se fazia doze, para assim as pessoas darem essa confiança. Quer fazer muita coisa, mas no tempo que lhe é possível. Lembrou-o que falta dois milhões e quinhentos mil euros no orçamento, sendo que poderia ter colocado no orçamento mais coisas se o saldo tivesse já transitado, mas como só transita em fevereiro e então nessa reunião, irá ter-se um orçamento muitíssimo mais claro. Em relação aos duzentos mil euros de custos com o pessoal

20	87
Livro	Folhas

tem a ver com a reorganização dos serviços, levando-o a crer que têm trabalhadores dentro do Município capaz de assegurar o cargo de chefia, esperando que esse valor diminua bastante, e que “sem ovos não se fazem omeletes”, querendo o atual executivo uma Câmara com uma gestão mais moderna, que flua melhor, com serviços mais próximos da população, não se consegue reduzir custos, e que fique claro, dizendo que falando com os colaboradores da Câmara, estavam desejosos que esta situação acontecesse, porque ainda hoje questiona como era possível com duas chefias fazer-se tanto. Para o Senhor Presidente da Câmara o mais importante e o que marca os dois meses que passaram não será tanto o orçamento, pois será reforçado em fevereiro, mas sim a reorganização dos serviços, segundo ele será a base de trabalho daquilo que se irá conseguir fazer em Ferreira do Zêzere. Em relação à verba de setenta mil euros para o futebol, é um compromisso que assumiu perante a equipa, e o clube e o executivo. Quanto ao futsal, em que até à data se tem feito um investimento grande, e sem saber se a equipa se mantém ou se sobe de divisão. Será importante chegar mais perto e ver o que irá acontecer. Disse que como tem o pelouro do Desporto não irá deixar de investir naquilo que dá visibilidade, em projetos de qualidade. Em relação ao Cemitério e Casa Mortuária, referiu que no caso da Casa Mortuária não é para o executivo algo urgente, urgente sim a requalificação do Cemitério, sendo que o executivo está a trabalhar para que, se possa rapidamente chegar à conclusão do que é melhor, no que se pode alargar, por onde, e não sendo possível terá que se avançar para outro local. Disse estar convicto de no princípio do ano tomarão uma decisão mediante as conversações que tiverem, tendo em conta algumas conversas informais que já tiveram. Mencionou um ponto importante, quanto ao desenvolvimento do Turismo, que se tem de tratar dos processos de execução para depois se candidatar, e enquanto não se tiver cinco

ou seis, não vale a pena fazer logo a obra, referente ao parque de campismo. O Executivo está a pensar abrir concurso para a cedência por algum tempo de forma a ter-se lá um restaurante que seja de qualidade com estabilidade de vida, sendo o caminho que irá ser traçado, o regulamento está traçado, informando que até têm dois, um para cedência de curto espaço temporal e outro para maior espaço temporal e que deverá ser esse que irão pretender que se avance. Irão confirmar de vão ter alguém a concorrer e se irá ter um espaço digno. Disse que se vai esperar pela ativação do Plano Diretor Municipal, pensando que vai sair em dois mil e vinte e dois, não esperando que seja no final, que seja mais a meio, e perceber se conseguem fazer lá o Parque de Campismo, uma vez que o concurso vai precaver a exploração do Parque de Campismo numa fase posterior. No apoio à contratação de trabalhadores, disse que irá continuar a apoiar, e que quando tiverem o Gabinete de Apoio ao Empresário, quando se tiver o Gabinete de desenvolvimento para a estratégia do Concelho ainda se vai pegar nas políticas de uma forma mais séria. Como disse, primeiro a reorganização dos serviços, colocar as pessoas a trabalhar bem, para depois se conseguir os resultados. Aproveitou para dar conta também de que o executivo irá ter um estudo para um plano de desenvolvimento estratégico de Ferreira do Zêzere, estando já numa fase de abertura de procedimento para que rapidamente se consiga trabalhar e no primeiro semestre ter-se resultados, pois é um instrumento que considera basilar para o caminho que o executivo pretende efetuar. Respondendo ao eleito Jorge Ponce Leão de Castro, esclareceu que em relação ao orçamento, as rubricas têm a ver com as classificações económicas, afirmando que não é a área que domina muito, dizendo que tem muita confiança no Vereador Dr. Orlando Patrício, e que se for necessário também poderá elucidar, mas tomando algumas notas, disse que existem classificações que não encaixam nas

20	88
Livro	Folhas

discriminadas, obrigando a que tenha de estar em "Outras". Informou que as classificações económicas estão de acordo com o classificador da DGAL e nas GOP e PPI's estão devidamente discriminados, dizendo que Senhor Dr. Orlando Patrício pode ser mais preciso nessa área. Referiu que tiveram dois meses para elaborar o documento, e que com a gestão do Município tem sido dura, mas também profícua, no sentido em que tem ajudado a resolver problemas e isso para o Senhor Presidente é o seu maior interesse, um promotor de resolução de problemas deste Concelho, terminando assim os seus esclarecimentos. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal no uso da palavra, disse que o orçamento tinha que ser apresentado nos noventa dias depois das eleições de acordo com a Lei 75/2013 de 12 de setembro, que prevê que quando as eleições se realizem fora dos meses de novembro ou dezembro, o orçamento deverá ser apresentado nos noventa dias após as eleições, estando por isso a cumprir o processo legal dentro do prazo estipulado por lei. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou ao Vereador Orlando Patrício que esclarecesse mais pormenorizadamente alguma questão que pudesse ajudar em relação que o Senhor Presidente da Câmara referiu.--

O Senhor Vereador Orlando Patrício, no uso da palavra, dizendo que para além dos constrangimentos que se colocam com o classificador e com algumas dificuldades técnicas para desdobrar algumas das classificações, tendo em conta que obedece a alguns critérios, nomeadamente com o envio dos mapas que são convertidos a nível de classificadores para a DGAL e as informações mensais que são enviadas, criando-se alguma dificuldade a nível do software aplicado. Realçou que uma grande parte das classificações são facilmente esclarecidas e disse que as poderia fazer chegar aos restantes membros, dizendo que estão refletidos nas próprias GOP'S, especificamente nas ações mais relevantes, de onde são depois mais

desdobradas, estando algumas situações, no que concerne às despesas, onde existem despesas diversas, como aquisições de bens, sinalética, proteção civil, alguns trabalhos de conservação, onde estão classificados nas rubricas de “outros”. Existem situações que tem valores maiores e conseguiram através das ações mais relevantes, dizendo que da grande maioria dos valores estão refletidos nessa rubrica, e que fará chegar à Assembleia esses valores, nomeadamente com a questão da receita que também acontece, não havendo aqui nenhuma intenção por parte dos serviços ou do executivo de omissão de qualquer situação. Disse que a rubrica “outros”, é uma preocupação, percebendo isso, mas do ponto de vista técnico não lhe parece isso, derivado a que no próprio orçamento vir a esclarecer muitas das situações que estão em “outros”, não havendo nada a ocultar nesta situação. Referiu ainda que relativamente às receitas a maior parte são na questão de rendimentos de propriedade, sendo que nesta rubrica, há maioritariamente rendas de outras situações, como por exemplo, rendas das Águas de Lisboa e Vale do Tejo, nomeadamente da ETA do Rio Fundeiro, como as concessões da E-Redes, pelas concessões naturais de ocupação do espaço e as antenas que estão colocadas em alguns espaços do Município, e que também pagam rendas anuais, mensais, trimestrais, cujos valores não vem efetivamente na questão das receitas refletidas nas GOP, dizendo que essas estão identificadas, sendo que na elaboração do orçamento foram tidas em consideração nessa classificação, e que foi a melhor forma de as classificar atendendo ao classificador económico, terminando assim o seu esclarecimento relativo às classificações. -----

O eleito local Márcio Rafael Gomes Cabral no uso da palavra, solicitando alguns esclarecimentos relativo às Grandes Opções do Plano, particularmente com a União das Freguesias de Areias e Pias, começando pelo ensino não superior no duzentos e

20	89
Livro	Folhas

onze onde tem seis mil euros atribuídos para conservação e arranjos em edifícios escolares. Dizendo que como conhecendo o Centro Escolar de Areias e já não contabilizando o Centro Escolar de Ferreira e nem a Escola Sede, questionou o baixo valor dos seis mil euros para manutenção, atendendo a que o Centro Escolar de Areias está constantemente a necessitar de intervenções nomeadamente a nível de pintura, de reboco, e de várias situações que vão aparecendo, parecendo-lhe muito pouco este valor para a conservação dos edifícios escolares. Continuou, agora virado para o desporto/recreio/lazer, estão duas verbas atribuídas para o Centro BTT, sendo uma de sessenta e três mil, novecentos e cinco euros e outra de sessenta e sete mil, quinhentos e oitenta e nove euros, questionando se o investimento que está previsto irá ser para o projeto que está previsto e que já existia, sendo feito nos mesmos moldes ou se irá ter alguma alteração, afirmando que nunca conheceu bem o projeto, mas daquilo que viu ficou com noção de que todo o trabalho que tem sido feito na freguesia onde pertence e de há alguns anos a esta parte. Referiu ainda o problema relativo ao Centro de Interpretação, a própria localização não lhe pareceu ser a mais lógica e a mais correta. Questiona então se o investimento irá ser feito da forma prevista ou irá haver alguma alteração. Questionou também a nível de pavimentação e repavimentação em que a verba que está destinada são duzentos e setenta e três mil euros, pensando que estará em causa o lote um que foi aprovado já no concurso que está a decorrer. Questiona se os restantes lotes que ficaram desertos nos concursos anteriores se vão continuar a ficar de fora ou se existe alguma perspetiva de se incluir numa obra futura, uma vez que pensa que era o lote quatro que tinha algumas estradas da freguesia. Referindo-se à ponte de Pias, revelando que ficou surpreso, derivado a ter sido dito pelo Senhor Presidente numa Reunião de Câmara que seria uma obra para dois mil e vinte e três, e que neste caso

nos Plurianuais o ponto específico para a Ponte de Pias está sem verba, questionando se foi propositado, e se não estão a pensar fazer no futuro ou se só se focaram neste ano e não colocando valores para o futuro. Falando sobre o seu último ponto e relativo ao Turismo e com o albergue dos caminhos de Santiago. Daquilo que acompanhou do processo de alteração do percurso dos Caminhos de Santiago, uma das condições era que estava previsto a criação de um albergue em Areias, nunca foi feito, infelizmente, sendo que a placa indicativa do albergue está no local, dizendo que todos os dias passam muitos caminheiros, e muitos deles já a pensar na existência desse albergue, pois a referência já existe pela Associação Lusitânia, a Associação responsável pelos caminhos e tal como o orçamento da Ponte de Pias, não existe qualquer verba atribuída até dois mil e vinte e cinco, para se fazer o albergue, por isso questiona se existe alguma ideia para se fazer a obra, terminando assim o pedido de esclarecimentos. -----

O eleito local José Manuel Gomes Duarte no uso da palavra, lembrou alguns pontos que gostaria de ser esclarecido e que não foi esclarecido pelo Senhor Presidente da Câmara, nomeadamente à questão dos transportes escolares que estão orçamentos com duzentos e trinta e cinco mil euros e no contrato que a Câmara acabou por fazer, a transferências das verbas esse valor é de cento e setenta e quatro mil euros, pensando haver uma discrepância, podendo ser um erro seu na análise ao mesmo, e o outro assunto tem haver com a verba para o Futsal, questionando, e querendo saber onde está no orçamento pois não consegue encontrar, terminando assim o uso da palavra. -----

O eleito local Jorge Ponce Leão de Castro no uso da palavra, agradeceu ao Vereador Dr. Orlando Patrício os esclarecimentos sobre as rubricas, dizendo que onde estão os quatrocentos e noventa e nove mil e quinhentos euros de receitas, que

20	90
Livro	Folhas

aparece para os eleitos locais como rendimentos de propriedade, dando a indicação que se tivessem no orçamento escrito “Rendas de Antenas de ETAR’s, de captações de água, etc”, seria o suficiente para não se ter dúvidas. Disse também tal como nas despesas que podia passar-se a mesma coisa, não querendo dizer que tem qualquer desconfiança, pois tiveram muito pouco tempo para analisar o orçamento, sendo que às vezes, duas, três palavras serão suficientes para se ficar esclarecido, terminando assim o uso da palavra. -----

O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra, e esclarecendo o eleito local Márcio Cabral, começou por dizer que a verba destinada à requalificação das escolas vai ser reforçada, dizendo que em janeiro irão ter que conversar juntamente com os serviços e perceber por onde irão arrancar, onde a nível de pequenas requalificações tem muita coisa, algumas de valor elevado, sendo um deles a Piscina. Algumas são questões de rápida resolução, e tem de também saber se se avançam com um “bolo” ou não, sendo uma das coisas que tem sentido tendo a certeza que os presentes foram acompanhando é que existe um conjunto de pequenas obras cuja estratégia do anterior executivo e dos serviços era de agrupar para que se pudessem fazer tudo em conjunto. Pode ficar mais barato, mas tem um contra que é não se fazerem as coisas. Cada caso é um caso e depende muito de quem chefia. Disse que irão olhar para essa situação com uma maior atenção e na sequência da organização dos serviços. -----

Em relação ao BTT informou que o projeto está adjudicado, mas não sabem se será participado ou não, mas houve uma prorrogação de prazo. -----

Referente ao betuminoso disse que a situação está difícil porque está tudo caro, dizendo que os outros lotes custam muito dinheiro. Irá verificar com as Juntas de Freguesias e em fevereiro de dois mil e vinte e dois, assim que tiverem as verbas



ver quais as que são de urgência e em conjunto consigam ter as obras mais necessitadas para se juntar os dois lotes, vendo qual o valor que irão fazer e depois em conjunto fazer um rastreamento das estradas mais necessitadas. Relativo à Ponte de Pias disse que será para fazer e avançar, mas não em dois mil e vinte e dois. Albergue dos Caminhos de Santiago é para avançar em dois mil e vinte e dois, pois é um investimento importante estrategicamente e de valor reduzido. -----

Respondendo ao eleito José Manuel Duarte disse que em relação aos transportes escolares da Escola de Areias, não estão no contrato administrativo, havendo por essa razão a divergência. Falando no Futsal disse que o valor estará nas transferências correntes. Os sessenta mil euros que estão no associativismo são para o futebol 11 e formação. Tudo o que é formação sai por associativismo. O Futsal a sai como transferência. Deu conta também que irão ter um Contrato-Programa com o Sport Club. É um procedimento que vão fazer de forma diferente. Querem começar no início do ano. Informou que vão participar as IPSS's que tiverem as candidaturas aprovadas no programa "PARES" que foram a AMBES Areias e o Centro de Águas Belas, com quinhentos mil euros. Falou também do apoio à AMBES Pias. -----

A eleita local Inês Filipa Godinho Ferreira no uso da palavra, e em relação ao Plano Plurianual e Investimento, achou a parcela da Ação Social muito pequena, quarenta e seis mil euros, quando existe um valor em "diversos" nas outras funções de duzentos e setenta mil euros, achando que não faz muito sentido, atendendo a que se está em época de pandemia, dizendo que o valor poderia ser revisto, terminando o pedido de esclarecimento. -----

O Vereador Orlando Patrício no uso da palavra, esclareceu a eleita local Inês Ferreira, dizendo que o valor previsto para a Ação Social será reforçado, bem como

20	91
Livro	Folhas

outros na próxima revisão orçamental em fevereiro de dois mil e vinte e dois, dizendo que aquando da elaboração do orçamento foram feitas à luz da situação que estavam naquele momento, referindo que algumas delas já se encontram a ser alteradas, afirmando que nessa parte necessariamente será reforçado, atendendo à situação da pandemia, terminando assim a seu esclarecimento -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal no uso da palavra agradeceu a todos os eleitos as suas intervenções tendo em conta a defesa dos interesses do Concelho. Nesta altura informou os presentes de que o eleito local Mário dos Santos Roberto, Presidente da Junta de Freguesia de Igreja Nova do Sobral tem uma falta justificada, pois se encontra doente em casa. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com treze votos a favor, zero votos contra e oito abstenções, conforme alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2022. -----

**5. Apreciação e votação da Organização dos Serviços da Administração Autárquica, nomeadamente, modelo de estrutura orgânica, número máximo de unidades orgânicas flexíveis, número máximo de equipas multidisciplinares e despesas de representação, nos termos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro e da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua atual redação, e conforme art.º 24º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua atual redação.** -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com catorze votos a favor, zero votos contra e sete abstenções, nos termos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro e da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua atual redação, e conforme art.º 24º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua atual

redação, aprovar o modelo de estrutura orgânica, número máximo de unidades orgânicas flexíveis, número máximo de equipas multidisciplinares e despesas de representação. -----

**6. Apreciação e votação da Reorganização dos Serviços Administrativos Autárquicos - Proposta de Regulamento dos Serviços e Organização dos Serviços Municipais do Município de Ferreira do Zêzere.** -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal tomando uso da palavra começou por dizer que seria preferível dar a voz ao Senhor Presidente da Câmara para justificar este documento, para posteriormente os deputados colocarem as suas questões, situação em que todos os deputados concordaram. -----

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, começou por dizer que a reorganização dos serviços já era algo que estava previsto enquanto candidato à Câmara Municipal, e como sempre disse que só se tinha duas divisões tornava-se muito difícil ter uma Câmara Municipal mais rápida, mais próxima que permitisse trabalhar melhor e que isso se refletisse em melhoria para os munícipes e para o Concelho. Afirmou quanto ao Organograma após algumas discussões e contextualizado com os colaboradores do Município para que se pudesse adaptar às mais valias do mesmo, e que internamente não haverá grande problema em comentá-lo, pois foi tudo devidamente acautelado. Quando se mudam orgânicas tem que se fazer acertos, tem que se acertar agulhas, levando-o a crer que a Câmara funcionará melhor em diante. Explicou o que estava em causa, que neste caso o mais importante era a alteração de duas divisões para quatro, na questão das obras municipais versus obras particulares, é segundo o Senhor Presidente de extrema importância, irá permitir a Câmara Municipal ser, mas rápida, resolver um conjunto grande de problemas que se tem, existe muita dificuldade no que toca à habitação,

20	92
Livro	Folhas

dizendo que se passou muito tempo a olhar para o lado em relação a muita construção e que se tem refletido num conjunto de problemas graves, porque as pessoas querem vender, querem requalificar, querem voltar e está certo que com duas divisões o tempo devido para se estudar esses assuntos com a devida cautela, e ter-se-á uma capacidade maior para planear, sendo que se vai trabalhar melhor com duas divisões, uma para obras públicas, para obras municipais que incluirá o planeamento, o ambiente, serviços urbanos e trânsito, e uma para divisão de licenciamento para as operações de urbanismo. Continuou dizendo que a DASI – Divisão de Administração e Serviços Instrumentais, ficaria com uma Divisão mais operacional, como é o caso da Ação Social e Saúde, Biblioteca, Documentação e Arquivo Histórico, Educação, Juventude e Desporto, Comunicação, Turismo e Cultura, são várias áreas que considera de muita importância achando que se tinha de reorganizar, e que com poucos colaboradores e com tudo o que daí advém é uma área que vai olhar com a devida atenção. Está assim a dar conta das dificuldades que sentiu e vão existir duas divisões, uma administrativa e financeira e outra mais operacional. Disse que vai criar um quartel general que irá estar sob alçada do Senhor Presidente da Câmara e com serviços de grande importância, uma delas que era o Gabinete de Apoio Jurídico que estava sob alçada da DASI – Divisão de Administração e Serviços Instrumentais, e que segundo o Senhor Presidente não faz sentido, e sim faz sentido sob alçada do Presidente da Câmara e também da Vereação, tal como disse numa reunião na semana passada com os trabalhadores, dizendo que quem manda no Município é o Presidente da Câmara e os Vereadores e o Gabinete de Apoio à Presidência, não sendo só eles, mas todos tem capacidade de decisão, tendo confiança neste elementos, toda esta situação numa ótica de bom senso, sendo só mais um colaborador que o Município tem, sendo que transmitiu e

explicou a nova orgânica do Município. Em relação ao Gabinete de Planeamento Estratégico acha que é importante, pois dele sairá a estratégia do Município, as candidaturas para os fundos comunitários, o caminho de desenvolvimento que se pretende para Ferreira do Zêzere. O gabinete de Serviço Municipal de Proteção Civil é a única chefia que não cai com esta reorganização, derivado a ter um regulamento próprio, em relação ao gabinete de serviço de Veterinário Municipal trabalhará muito melhor do que até aqui, estando a fazer por isso. No gabinete de Gestão de RH, Higiene e segurança e Informática e a utilização e limpeza de Equipamentos Municipais. Referiu que ficou com o pelouro dos Recursos Humanos pois como referiu é muito importante e que como força motriz para o Senhor Presidente da Câmara dando conta aos colaboradores a importância que terão, deixando a indicação que a porta estará sempre aberta para eles, sendo óbvio que cada um tem um conjunto de responsabilidades que tem de cumprir, uma lei para cumprir e o dever de lealdade, que foi o que pediu, dizendo que têm ali um amigo, querendo que sejam leais e todos para trabalhar em conjunto. A orgânica do Município passará a ser a que descreveu se assim o entenderem e a partir do momento em que seja publicada em Diário da República, esperando que seja o mais rápido possível, porque dessa aprovação, depende a reorganização dos serviços e dessa reorganização dependerá o resultado e trabalho do atual executivo, terminando assim a sua intervenção. -----

O eleito local Filipe Dinis Mendes de Figueiredo, no uso da palavra, agradeceu ao Senhor Presidente de Câmara a intervenção que teve, começando por dizer que os serviços tinham que ser reorganizados e que precisam de dar uma maior resposta aos Ferreirenses, sendo isso que os serviços precisam de fazer com qualidade e será para isso que existem os serviços municipais. Mas quis deixar algumas questões que

20	93
Livro	Folhas

gostaria que o Senhor Presidente da Câmara pudesse esclarecer ou alguém do executivo que o deixam um bocado preocupado. Disse que abriu o documento, afirmando que não teve tempo de o ler como gostaria, com alguma calma, referindo-se que os documentos foram enviados muito em cima da hora dada a importância que tem. E quando pega num organograma que está representado no anexo dois e verifica que tem quatro divisões não verificando que existem setores elencados a cada Divisão, o que pelo menos não estão representados, mas enumerados em planeamento. Colocou outra questão e segundo ele importante clarificar é no texto Gabinete de Planeamento Estratégico e na Divisão de Obras, e quando se fala em planeamento, parece que é o mesmo planeamento, devendo haver uma clarificação quantos a estes assuntos. Que tipo de planeamento é que se está a falar, questionou. Colocou ainda outra questão, questionando porque é que se chama Gabinete de Gestão de RH, Higiene e Segurança e Informática e não é uma Divisão. Referiu que quando veio a troika que o Município de Ferreira do Zêzere só poderia ter duas divisões, mas o ano passado houve uma revisão do organograma do Município com a entrada da Tejo Ambiente, não havendo nenhuma alteração de visões não se recordando de ter havido intervenção do Partido Socialista nesse sentido. Em relação aos gabinetes fica contente por ver que não existe um Gabinete de Apoio à Vereação e saúda os Vereadores por não o pedirem, sendo de louvar o esforço que fazem, para além daquilo que é o trabalho que fazem e preocupar-se com o bem comum de todos os Ferreirenses, terminando assim a sua intervenção. --- O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, esclareceu que os setores não têm que estar elencados, por isso não estão lá. O gabinete de Apoio à Presidência servirá também de apoio à Vereação, dizendo que por enquanto só terão esse Gabinete de Apoio. Em relação ao Gabinete de Recursos Humanos disse que é uma



equipa Multidisciplinar, o que faz com que não seja necessariamente uma Divisão. Respondendo à questão de enquanto Vereadores de oposição no anterior mandato, não ter tomado partido, e tendo também havido os condicionamentos da Troika, começou por explicar que tudo o que é organização interna e enquanto foram Vereadores de oposição em que estiveram, como por exemplo no Mapa de Pessoal, não tinham conhecimento e não acredita que os Vereadores tenham, neste têm porque estão dentro do Município e são funcionários, no âmbito geral e enquanto Vereadores de oposição anteriormente trabalhavam fora do Município, não tinham conhecimento suficiente para opinar sobre algo que não conheciam, ou não tinham o conhecimento devido. Tinham que ser pragmáticos. Continuou dizendo que nestes dois meses serviram para terem conhecimento de como as coisas funcionavam, ver quais eram os problemas, as dificuldades, e dando conta que o documento agora apresentado foi desenvolvido pela antiga Chefe de Divisão, Dr.ª Elisabete, e pensa que está muito claro para quem o lê, agradecendo o trabalho que desenvolveu em conjunto com os outros serviços, estando um documento que considera muito transparente, claro, que se percebe muito bem. Em relação ao Planeamento, acreditando que seja a Divisão de Obras, tem relação com planeamento de investimentos de infraestruturas, com obras Municipais e o outro Gabinete de Planeamento Estratégico, incidirá no planeamento de desenvolvimento económico, estando numa cúpula muito mais acima, sempre mais abrangente, não incidirá só sobre aquilo que é o planeamento do urbanismo. Irá ter uma abrangência muitíssimo grande, e terá que trabalhar com certeza com a Divisão de Obras Municipais, que terá consigo esse planeamento, sendo coisas distintas, achando que pelo organigrama se percebe, terminando o seu esclarecimento às questões colocadas. -----

20	9.4
Livro	Folhas

O eleito local, Armando do Carmo Cotrim, no uso da palavra, e referindo-se ao regulamento que se estava a aprovar e que irá ser publicado pretendia dar conta do que está descrito na página trinta e sete nas competências da Biblioteca, mais concretamente na alínea a), nas funções da Biblioteca esteja escrito que a primeira função seja implementar programas de animação sociocultural e de ocupação dos tempos livres, quando esta não é uma função primordial das Bibliotecas, e que referiria, o que diria antes, por exemplo um dos pontos do manifesto da Unesco que era criar e fortalecer os hábitos de leitura desde a primeira infância, deixando apenas este reparo, terminando assim a sua intervenção. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com catorze votos a favor, zero votos contra e sete abstenções, aprovar a reorganização dos Serviços Administrativos Autárquicos - Proposta de Regulamento dos Serviços e Organização dos Serviços Municipais do Município de Ferreira do Zêzere. -----

**7. Apreciação e votação do Mapa de Pessoal e respetiva caracterização dos postos de trabalho e competências para o ano de 2022, conforme alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal no uso da palavra informou que este documento será suficientemente esclarecedor e vêm no seguimento daquilo que se aprovou anteriormente, e não havendo ninguém dos eleitos que quisesse intervir, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que a utilizou só para dar conta dos postos de trabalhos que estão a prover decorrem da reorganização dos serviços, não querendo dizer que sejam ocupados, dizendo que se tiver essas ocupações com funcionários do Município não haverá essa necessidade, sendo necessário de os prever nesta altura. Disse ainda que algumas situações são para precaver alguma quebra em relação à disponibilidade dos

trabalhadores, terminando assim a sua intervenção e explicação acerca do documento a votação. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com catorze votos a favor, zero votos contra e sete abstenções, conforme alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o Mapa de Pessoal e respetiva caracterização dos postos de trabalho e competências para o ano de 2022. --

O eleito local José Manuel Gomes Duarte, no uso da palavra, que solicitou após a votação quis informar que nos pontos quatro, cinco, seis, sete e oito, achando importante o que vai dizer, que o Grupo Parlamentar PPD/PSD-CDS.PP entenderam também que poderia haver um voto contra, nos pontos referidos, mas que sendo este o primeiro momento de atuação política da Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere, entendeu-se uma abstenção como forma de criar, responder, e participando ativamente no trabalho que a Câmara propõe fazer, pois não se diga de maneira nenhuma por causa da coligação PPD/PSD-CDS.PP, não estão a garantir como já referiu ao Senhor Presidente da Câmara grandes expectativas em relação ao trabalho do executivo, terminando assim a sua intervenção. -----

O Presidente da Assembleia no uso da palavra, disse que a intervenção do eleito local se fez conforme o Regimento da Assembleia que é sua função fiscalizar, ficando grato pela tomada de posição, bem como pelo grupo que dirige. -----

**8. Apreciação e votação da proposta de redução das Taxas para construção de novas moradias unifamiliares e reconstrução/reabilitação de moradias unifamiliares relativo à Tabela de Taxas Municipais de 2022, nos termos do n.º 2, do art.º 16 da Lei n.º 73/2013, de 03/09, na sua atual redação e da alínea b), n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação. -----**

Não houve intervenções. -----

20	95
Livro	Folhas

Colocado à votação a Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, nos termos do n.º 2, do art.º 16 da Lei n.º 73/2013, de 03/09, na sua atual redação e da alínea b), n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, aprovar a redução das Taxas para construção de novas moradias unifamiliares e reconstrução/reabilitação de moradias unifamiliares relativo à Tabela de Taxas Municipais de 2022. -----

**9. Análise, discussão e votação do Regimento da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 26.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -**

O eleito local João Miguel Sá da Silva, no uso da palavra, e falando sobre o documento teceu algumas considerações em relação ao Regimento Provisório que será proposto a votação, que mereceu por parte da bancada do PS, a melhor atenção e uma análise detalhada. A bancada congratulou-o pelo importante contributo que o Regimento trás para o órgão deliberativo. Referiu que o Regimento se veste de medidas inovadoras com a criação da Assembleia Municipal Jovem, das Assembleias Temáticas dedicadas a temas transversais ao Concelho como estão contempladas e que nessas matérias irá contribuir para deliberações que sirvam verdadeiramente os concidadãos. Referiu que o novo Regimento apresenta ainda a possibilidade de as Assembleias Municipais poderem vir a serem realizadas nas diferentes freguesias do Concelho. As medidas inovadoras apresentadas irão certamente promover a cidadania dos Municípes criando uma política de aproximação do órgão deliberativo a todos os Ferreirenses, incluindo os mais jovens num verdadeiro espírito democrático, procurando trazer os cidadãos para as discussões das causas públicas. Para finalizar referiu que este regimento é um instrumento mais capaz, mais aproximador merecendo da parte da bancada do PS a aprovação pela generalidade, terminando assim a sua intervenção. -----

O eleito local José Manuel Gomes Duarte no uso da palavra, concordou com as palavras do Senhor deputado João Miguel Sá da Silva, subscrevendo também, e apenas dizer que gostaria de deixar claro que o anterior Regimento permitia que as Assembleia se pudessem realizar nas respetivas freguesias, sendo uma realidade, e será necessário vontade política para as realizar, dizendo que em relação ao resto por parte da coligação PPD/PSD-CDS.PP está também aprovado na generalidade, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal ouvindo os líderes dos partidos referiu que não iria abrir a votação, considerando o documento aprovado na generalidade, no qual todos concordaram. Prosseguiu dizendo que como tinha prometido, analisando na especialidade se terá que se fazer alguma alteração ou alguma sugestão por parte dos deputados municipais. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal começou por questionar os deputados municipais em relação ao Capítulo Um, artigo um a artigo quatro, como ninguém se manifestou, foi aprovado. Em relação ao Capítulo Dois, secção um, artigo quinto a artigo décimo segundo, o eleito Municipal José Manuel Gomes Duarte, pediu esclarecimento relativo ao artigo décimo primeiro, *“Em caso de justo impedimento, os presidentes de Junta de Freguesia pode designar substituto legal que os represente nas reuniões da Assembleia Municipal, devendo, para o efeito, proceder com a necessária antecedência à sua indicação à mesa”* que na sua opinião não faz muito sentido na medida em que os Presidentes de Junta não podem ser substituídos por alguém legal onde ocupam um cargo por inerência de funções, não sendo eleitos diretamente para esse órgão, deixando esta decisão para a Assembleia. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal tomou o uso da palavra e dando o seguinte exemplo, o Presidente de uma Junta de Freguesia teve uma cirurgia e têm de estar

20	96
Livro	Folhas

três meses sem poder comparecer nas Assembleia Municipais, o que vai impedir a representatividade dessa freguesia dado que se possa ser substituído, dizendo que é uma situação de justo impedimento e não uma situação comum, deixando à consideração da Assembleia manter o respetivo artigo, o qual nenhum dos deputados se manifestou contra. Na secção dois, do artigo décimo terceiro a décimo quarto, o eleito Municipal José Manuel Gomes Duarte pediu esclarecimento à alínea s) do artigo décimo quarto, que diz "*A proteção em caso de acidente*". O Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que esta situação está prevista na Lei, e explicou que no caso dos senhores deputados que tenham que se deslocar para uma Assembleia têm direito a uma proteção direcionada por um seguro que está associado a este tipo de atividades, no qual o Senhor deputado Municipal ficou devidamente esclarecido e mais nenhum dos deputados se manifestou. Referente ao Capítulo três, do artigo décimo quinto a artigo vigésimo, a eleita local Sara Maria Cardoso Palhim Diogo Ferreira, solicitou esclarecimento em relação ao artigo décimo oitavo, ponto 2 "*O pedido de justificação de faltas pelo interessado é feito por escrito e dirigido à mesa, no prazo de cinco dias a contar da data da sessão ou reunião em que a falta se tenha verificado, e a decisão é notificada ao interessado, pessoalmente, por via postal ou por correio eletrónico*", se na resposta ao pedido de justificação de faltas pode ir por correio eletrónico, por que razão no pedido de justificação não poderá ir pela mesma via, ao que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal respondeu que segundo a Lei 75/2013 de 12 de setembro, refere que seja feita também por via postal obrigatoriamente, não havendo mais nenhuma manifestação. Referente ao Capítulo quatro, secção um, artigo vigésimo primeiro a vigésimo nono, o eleito local José Manuel Gomes Duarte, solicitou esclarecimento em relação ao artigo vigésimo segundo, ponto cinco "*Na sala de*

*reuniões haverá mais ainda lugares reservados para os membros da Câmara”, ao que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal respondeu que numa Assembleia Municipal é onde se sentam os membros da Assembleia Municipal, neste caso os Deputados Municipais, e deu um exemplo concreto, se o Senhor Presidente da Assembleia Municipal quiser assistir a uma reunião da Câmara, não vai presidir à reunião de câmara, e nem vai sentar-se junto dos elementos do Executivo Municipal, a primazia da ocupação de lugares é dos deputados da Assembleia Municipal, e que com este novo Regimento o que está previsto é que os membros da Câmara incluindo todos eles, portanto incluindo os Vereadores da Câmara terão assento na Assembleia, quer sejam os Vereadores do Executivo, com poderes executivos, quer sejam os Vereadores sem poderes executivos, não havendo mais nenhuma manifestação. Na Secção dois, do artigo trigésimo ao trigésimo terceiro, o eleito local José Manuel Gomes Duarte, solicitou esclarecimento relativo ao artigo trigésimo primeiro, que refere à Documentação, mais concretamente ao ponto um, “A Mesa deve providenciar pela reprodução e distribuição dos documentos indispensáveis às deliberações da Assembleia Municipal”, se não deveria estar definido um prazo de entrega da documentação, ao que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal respondeu que esses prazos já estão contemplados aquando das convocatórias em que está escrito os prazos que tem para se enviar a documentação, está previsto já anteriormente, e que prometeu como Presidente da Assembleia Municipal é que irá em diante tentar que as documentações sejam enviadas com um prazo maior para poderem ter mais tempo para analisar. Posto este esclarecimento, não houve mais nenhuma manifestação. Na Secção três, do artigo trigésimo quarto ao trigésimo sétimo, a eleita local Sara Maria Cardoso Palhim Diogo Ferreira, solicitou esclarecimento relativo ao artigo vigésimo quinto,*

20	97
Livro	Folhas

referindo-se à duração das sessões, mais concretamente ao ponto um *“As sessões ordinárias da Assembleia Municipal não podem exceder o número de cinco reuniões e as extraordinárias, não poderão exceder uma sessão, salvo quando a própria Assembleia delibere o seu prolongamento até ao dobro das durações referidas”*, dizendo que a redação não está muito clara, derivado a ser falado na duração das sessões, o texto remete para o número de sessões e não para a sua duração, ao que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal designou o nome do artigo vigésimo quinto como número e duração das sessões e na parte final do ponto um ficar como *“..o seu prolongamento até ao dobro do número de sessões referidas.”*, não havendo mais nenhuma manifestação. Na secção quatro, do artigo trigésimo oitavo a trigésimo nono, a eleita local Sara Maria Cardoso Palhim Diogo Ferreira, solicitou esclarecimento relativo ao artigo vigésimo nono, designado como *Captação e difusão de imagens, mais concretamente no ponto um “A gravação das intervenções dos membros da Assembleia e da Câmara e a captação de imagens na sala onde decorrerem as Sessões de Assembleia Municipal, para divulgação pública, quer para transmissão em streaming via internet, quer para armazenamento no site da Internet da Assembleia Municipal, depende de autorização prévia do Presidente da Assembleia Municipal podendo qualquer membro recusar a autorização da recolha da gravação da intervenção ou da imagem a título individual”*, solicitou esclarecimento no que se refere ao site da Assembleia Municipal, se era mesmo assim ou era no site da Câmara Municipal, ao que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, esclareceu que neste momento ainda é no site do Município, sendo que no futuro irá ter-se um site próprio para a Assembleia Municipal dentro das opções do site do Município, pelo que já está previsto esta situação no texto, ao que a eleita local Sara Ferreira deu os parabéns



pela iniciativa, não havendo mais nenhuma manifestação. Na Secção cinco, do artigo quadragésimo ao artigo quinquagésimo nono, não houve nenhuma manifestação. Na Secção seis, do artigo sexagésimo ao artigo sexagésimo quarto, não houve nenhuma manifestação, Na Secção sete e oito, são artigos mais transitórios, bem como os Capítulos cinco, seis, sete e oito, que vieram do regulamento anterior, foram mantidas sem qualquer alteração. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal falando da Atas das Sessões da Assembleia Municipal informou que se vai tentar no futuro para que sejam fornecidas previamente aos deputados municipais para as poderem consultar, evitando assim a leitura da ata nas sessões seguintes e que só se procederá a alterações da ata para quem quiser introduzir alterações nas mesmas e evitando estar a perder tempo na leituras das atas, sendo uma vontade, da Mesa da Assembleia Municipal, fornecê-las atempadamente. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que não irá abrir um ponto específico para votação, considerando que o Regimento está aprovado, questionando aos eleitos Municipais se estavam de acordo, o que como ninguém se manifestou, considerou-se o Regimento da Assembleia Municipal aprovado por unanimidade. -----

**10. Informação sobre a Deliberação n.º 081AM/2021 referente aos representantes para a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, e sobre a Deliberação n.º 084AM/2021 referente aos representantes para o Conselho Municipal de Segurança. -----**

O Presidente da Assembleia Municipal no uso da palavra, fez um pedido de desculpas aos membros da Assembleia Municipal por duas situações, uma delas disse que se devia ter informado previamente e assumiu a sua responsabilidade dizendo que já falou com o eleito local Jorge Ponce Leão de Castro a explicar a

20	98
Livro	Folhas

situação obtendo da sua pessoa a sua concordância em relação à Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo que tem dois membros efetivos, que neste caso será o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e a eleita local Mónica Patricia Alves Antunes ficando como suplente o eleito local Jorge Ponce Leão de Castro. Agradeceu ao eleito local Jorge Ponce Leão de Castro ter concordado quando falaram, dizendo que teve uma atitude louvável querendo que ficasse vincada e que permite continuar a funcionar, sem necessidade de alterar a deliberação. Outro ponto tem haver com o Conselho Municipal de Segurança e que passou a esclarecer. A anterior Assembleia deveria ter alterado a composição e o Regulamento do Conselho Municipal da Segurança, derivado a que no dia quatro de março de dois mil e dezanove saiu o Decreto Lei 32/2019, que alterou a constituição e a forma de articulação do Conselho Municipal de Segurança. Referiu ainda que como a Assembleia Municipal anterior não procedeu a essa alteração as informações que tinha recolhido estavam baseadas numa lei que já não estava em vigor, pelo que a deliberação n.º 084AM/2021, tem uma nulidade jurídica, sendo que o que compete à Assembleia será a recomendação à Câmara Municipal, que tem esse ônus de produzir um novo Regulamento do Conselho Municipal de Segurança que deve depois voltar à Assembleia para ser aprovado e nesse momento, reiterar a deliberação que foi tomada a indicar as três personalidades, à luz da nova lei e de um articulado novo da lei. Continuou, agora, falando de outro assunto relacionado com a sua presença bem como a eleita local Mónica Antunes na Reunião da Comissão Intermunicipal do Médio Tejo que decorreu no dia vinte e sete de dezembro de dois mil e vinte e um e informou os Senhores Deputados Municipais daquilo que se passou nessa reunião e quis trazer algumas reflexões, assim: “A noção mais simplista do que é a CIMT – Comunidade

*Intermunicipal do Médio Tejo, é a de uma estrutura intermunicipal cuja estratégia é a de promover e orientar as candidaturas apresentadas pelos Municípios aos Quadros Comunitários de Apoio.”. Informou desde logo a Assembleia Municipal que é intenção convidar o Senhor Secretário da CIMT, para estar presente numa Assembleia e vir expor, a forma de funcionamento, a maneira como o Município se deve articular com a CIMT. “Em causa podem encontrar-se diversos fundos como por exemplo: - Fundo de Transição Justa, em que os treze Municípios são candidatos como está a decorrer a manifestação de interesses; - A NUT II com entrega de documentação até fevereiro de dois mil e vinte e dois; - A candidatura aos vinte e três mil milhões do Plano de Recuperação e Resiliência, em que a Câmara terá de estar atenta para se candidatar nos timings próprios; - Os fundos de coesão interterritorial, IT.CIM 2030, com a componente IT-Funcional que é a articulação de reformas administrativas; - PEDIME (relativo à Educação), transporte a pedido. Tudo situações a que se pode candidatar. O que verificamos em relação aos pedidos emanados por Ferreira do Zêzere foi o seguinte: - Plano de Combate Covid-19 no valor de dezoito mil euros; Um Centro de Cycling e Trail de Ferreira do Zêzere; - No Castelo do Bode o Wakeboard e atividades da ZêzereArts, Turismo religioso, como os Caminhos de Santiago; - Turismo Militar, Rota dos Templários – Ferreira do Zêzere / Tomar / Vila Nova da Barquinha que está contemplado com quatrocentos e treze mil, quinhentos e setenta euros. Devo realçar que este projeto tem catapultado a Câmara de Tomar no qual a Câmara de Ferreira do Zêzere se associou, e não é de um projeto que tenha decorrido de uma intervenção direta da Câmara de Ferreira do Zêzere. Dizer também que o Município de Ferreira do Zêzere é daqueles que menos projetos apresentou no passado, que menos projetos apresentou à CIMT. Comparando com outros*

20	99
Livro	Folhas

*Municípios a minha impressão pessoal foi a que quando sai da sala com uma sensação de "frustração" e de "revolta" de não estarmos de olhos abertos para se poder candidatar áquilo a que temos direito. Só para dar uma ideia, o plano de reflorestação, com espécies autóctones era no valor de duzentos milhões de euros e o Município de Ferreira do Zêzere não fez nenhuma proposta. Isto são tudo situações em que temos de nos empenhar numa estratégia de conhecimento atempado, e concurso organizado a todos os programas a que possamos concorrer, perguntando quais os programas que devem concorrer! São todos sem exceção! Qual a justificação para esta apatia e este afastamento em relação a estes recursos, que os outros souberam aproveitar? Talvez possamos encontrar no pensamento político de Noam Chomsky: "O poder quando exercido durante muito tempo, mesmo quando não corrompe, amolece, adapta-se, cria rotinas próprias, perde objetividade e iniciativa". Por isso a mudança e a alternância, são essenciais no processo democrático e ao desenvolvimento. Vamos a partir de agora, todos juntos trabalhar em prol do nosso Concelho e dos seus habitantes. Somos todos Ferreirenses sem exceção e todos somos poucos para aquilo que os Ferreirenses necessitam e temos de proporcionar um melhor bem-estar e uma melhor vida." No final referiu que sempre que houver Assembleias na CIMT e se fizer representar, apresentará sempre um relatório daquilo que se passou nas reuniões. -----*

E não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a presença de todos, desejando votos de um Feliz Ano Novo, acima de tudo com Saúde e deu por encerrada a sessão, pelas vinte e três horas e quarenta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal. -----

José Manuel Pinto da Silva Casanova



